Boletim de Estudos de Risco #11

Atualização sobre os Estudos de Risco a Saúde Humana e Risco Ecológico

O Instituto Guaicuy tem acompanhado, como ouvinte, as reuniões mensais, onde a AECOM, auditora do Programa de Recuperação Socioambiental (PRSABP) e do Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE), apresenta para as Instituições de Justiça e Estado um diagnóstico sobre o cumprimento das ações e projetos em que a Vale tem a obrigação de fazer, segundo o Acordo judicial.

Os principais pontos de atenção sobre o andamento do ERSHRE levantados pelo Instituto Guaicuy na **reunião do dia 25/09/2026** são apresentados a seguir. As informações são baseadas exclusivamente no conteúdo apresentado pela auditoria.

Estudo de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE)

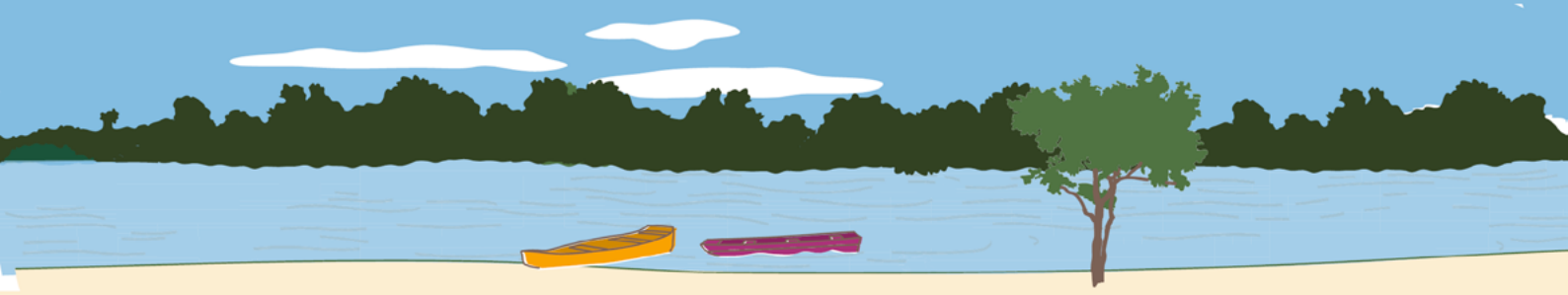
Avanços na campanha de comunicação da transição

A auditoria comunicou que, neste ciclo de avaliação, foram realizadas 29 reuniões de comunicação para apresentar a empresa ERM como nova executora dos estudos de risco. Com esse avanço, o total acumulado chega a 273 comunidades alcançadas, do total de 410 previstas no planejamento. A auditoria informou também que as equipes de campo da ERM mantêm atividades de panfletagem, colagem de cartazes e visitas às comunidades para identificar e cadastrar novas lideranças locais, uma vez que parte do banco de dados herdado da executora anterior encontrava-se desatualizado. A AECOM apontou que parceria e a articulação com as Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) continuam sendo fundamentais para viabilizar esse mapeamento nos territórios.

Devolutivas da Fase 1 e início das coletas da Fase 2

No que se refere às devolutivas da Fase 1 (*etapa inicial dedicada ao levantamento das preocupações das comunidades*), a auditoria acompanhou três novos encontros promovidos em Brumadinho, contemplando 12 comunidades do município. Foi observada uma participação mais ativa da população nestas agendas, com presença média entre 14 e 17 moradores por reunião. A auditoria recomendou que a ERM disponibilize materiais impressos explicativos ao final das reuniões para que os participantes possam multiplicar as informações nos territórios.

Em paralelo à finalização da Fase 1, a Fase 2 (*etapa prática de coletas no campo*) teve início no mês de setembro com coletas de amostragem de solo e poeira em residências de Brumadinho, registrando a realização de 15 pontos de amostragem. O principal desafio desta etapa, segundo a auditoria, reside na logística de agendamento das visitas uma vez que a residência precisa permanecer fechada por alguns dias para viabilizar o acúmulo da poeira que



será analisada. A AECOM salientou a necessidade de apoio das ATIs na mobilização das famílias é indispensável para garantir o andamento das coletas enquanto os relatórios finais da Fase 1 concluem seus trâmites formais de aprovação.

Estudo da Produção Agropecuária e do Pescado na bacia do rio Paraopeba (EPAPP)

Aplicação dos questionários

A auditoria informou que a equipe executora do EPAPP iniciou a aplicação do Questionário Agropecuário (QAgro) em campo. O QAgro é instrumento essencial para mapear e qualificar a produção de alimentos na bacia. Segundo a AECOM a aplicação segue sem atrasos e abrange inicialmente os municípios de Brumadinho, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Betim, Juatuba e Esmeraldas.

Integração dos resultados dos estudos ao plano de reparação - anexo 2.1

A auditoria detalhou a articulação entre os estudos e as diretrizes do acordo de reparação. Os resultados e diagnósticos apurados pelo Estudo de Risco (ERSHRE) e pelo Estudo da Produção Agropecuária e do Pescado (EPAPP) servirão de embasamento direto para a definição das medidas práticas do processo reparatório. A AECOM estimou que as eventuais ações de remediação ambiental derivadas dos estudos serão incorporadas ao programa de reparação, a partir de 2029.

Portal de transparência

A auditoria destacou a inclusão de novos documentos no Portal da Auditoria Socioambiental para garantir a transparência e viabilizar a participação informada das comunidades e ATIs:

- **Documento explicativo sobre os estudos:** disponibilização de um material explicativo em linguagem acessível (folder em PDF, localizado na aba de documentos gerais), detalhando as diferenças de escopo e os objetivos específicos do ERSHRE e do EPAPP;

- **Documento de perguntas e respostas:** publicação do documento consolidado contendo os esclarecimentos das dúvidas apresentadas pela população durante a Audiência Pública realizada pela MPMG no dia 12 de maio de 2026;

Transparência e validade jurídica dos estudos

Para fortalecer a participação informada, o Portal da Auditoria Socioambiental disponibilizou um canal exclusivo de notícias e agendas para o ER-SHRE e o EPAPP. Segundo a auditoria, a ferramenta permite que a população acompanhe o calendário de eventos no território, acesse notícias atualizadas e utilize canais diretos para sanar dúvidas sobre os estudos. Eles solicitam que as Assessorias Técnicas Independentes auxiliem na divulgação dessa ferramenta para as comunidades.

Além disso, a auditoria informou que o documento consolidado com as perguntas e respostas levantadas na audiência pública realizada no dia 12 de maio de 2026, no Ministério Público sobre o EPAPP, já se encontra disponível para consulta pública na página do estudo.

Para acessar o documento de perguntas e respostas, **clique aqui**.

A relevância dos estudos para a reparação integral

A auditoria realizada pela AECOM ressaltou que a transparência e a disponibilização de todo o acervo técnico no portal são passos fundamentais para garantir o acesso público e a governança do processo. Foi destacado que, embora diversos levantamentos e diagnósticos tenham sido realizados na bacia por diferentes entidades ao longo dos anos, os Estudos de Risco e o Estudo da Produção Agropecuária e do Pescado são as ferramentas oficiais da reparação. Segundo a AECOM Esses dois estudos possuem a validade e a força jurídica necessárias perante a Justiça para fundamentar decisões e gerar a obrigação legal de fazer, determinando as ações de reparação e compensação devidas pela Vale.